

## PRÓLOGO

Um dos grandes romancistas do século passado, após condensar no parágrafo inaugural (escassas quatro linhas) a vertiginosa carreira do protagonista de certa obra sua, e insinuar que tal sumário poderia encerrar a história toda “se não fosse o proveito e o prazer de contar”, complementa assim a justificação das duas centenas e meia de páginas que se seguem: “embora haja numa pedra tumular espaço de sobra para conter, emoldurada em musgo, a versão resumida da vida de um homem, os pormenores são sempre bem-vindos”<sup>1</sup>.

Tem uma vantagem o prévio verbete: faz constar *in limine* ao leitor, de forma esquemática mas precisa, o “eu” do sujeito. O “eu” autêntico, cujas componentes são múltiplas mas que se verte, precipuamente, naquilo que ele pretendeu ser, um particular perfil de desejos e aspirações, um desígnio de existência; numa palavra, a sua *vocação*. Esta, uma vez definida, projecta-se para o mundo exterior desde a intimidade do indivíduo, e, defrontando-se com as *circunstâncias* envolventes – em parte favoráveis, em parte adversas, sempre condicionantes –, confere inteligibilidade a sucessos que de outro modo não teriam mais nexos que a ordenação cronológica; imprime-lhes a coerência e a consistência de um processo dinâmico, com tensão e drama, com argumento; integra até aqueles factores e caracteres que procedem do *acaso*, permitindo determinar a maior ou menor profundidade da intervenção deste elemento irracional do destino humano. Tudo – *vocação, circunstâncias, acaso* – grandezas da equação entre a pessoa e o seu tempo, e que se resolve na fórmula que cifra em orgânica unidade as vicissitudes de uma vida.

Começemos pois por insculpir (embora para o efeito, sem as liberdades do ficcionista, o historiador se não possa permitir o luxo conciso de quatro linhas), na pedra dura da lápide, as feições mais vincadas do retratado:

Damião António de Lemos Faria e Castro viveu entre 1715 e 1789; em Vila Nova de Portimão, onde se criou e cursou a instrução elementar com os jesuítas, até cerca dos vinte anos; depois instalou-se em Faro; tinha aqui um tio cônego, seu mentor; recebeu-se endogamicamente com uma prima; filho único, morgado, a reunião, também endogâmica, dos patrimónios de pais e avós fez dele um dos homens mais abundados do “Reino do Algarve”; ostentava nobiliárquica prosápia, e alcançou o reconhecimento quando logrou pôr ao peito a cruz do hábito de Cristo; queria ser escritor, escritor *político*, e forcejou muito para o realizar; arvorou-se educador da nobreza lusitana, à qual dedicou uma compendiosa *Aula*, interveio na polémica da época, reivindicou a autoria da primeira história “seguida” e “completa” de Portugal; além das letras, também se dedicou às armas; atravessou a última fase do reinado de D. João V, todo o de D. José I e a inicial do de D. Maria I; deixou obra.

Isto, porém, não é mais que a fórmula; tantos enunciados, tantas incógnitas. Álgebra em que tudo queda por preencher. Desde logo, que significa nascer, viver e

---

<sup>1</sup> Vladimir Nabokov, *Laughter in the dark*, tradução portuguesa, *Riso na escuridão*, Lisboa, Teorema, s.d., p. 7.

morrer no Algarve e no século de Setecentos, excluídos os extremos; um Algarve medíocre, ruralizado, desvitalizado, resignado a um empobrecimento que vinha em processo da centúria anterior. É imerso nesta sociedade bloqueada que Faria e Castro realiza a sua vocação de escritor. E antes de escritor, nobre: na estrutura de ordens que também era a algarvia do tempo, estanquamente compartimentada e fundada no privilégio e na escassa mobilidade, assume-se ele um dos mais destacados e ciosos membros da nobreza provinciana, nobreza de escalão precário, não titulada e sem poder ombrear com os “Grandes”. Mas à “lei da nobreza” acomodou sempre a sua conduta, senhor que era de avultados bens de raiz e conseqüentemente sem que necessitasse exercer qualquer emprego ou profissão – ócios que, confessa, lhe proporcionaram o vagar para erguer os prolixos monumentos que deixou. Indicia-se assim que a presente investigação postula como ponto de partida sondar a sociedade algarvia setecentista e, nesta, o primado sociopolítico, o peso económico, as pautas de actuação da nobreza regional; os seus interesses culturais, também.

Uma abordagem primária tende a surpreender um cariz de excentricidade neste fidalgo provinciano: longe dos centros de produção e divulgação cultural do país – Lisboa, Coimbra, Évora –, sem outra instrução formal que a obtida no Colégio de S. Francisco Xavier, da Companhia de Jesus, em Vila Nova de Portimão, propôs-se este autodidacta, que não dispunha de outro equipamento bibliográfico que “a livreria de um curioso particular”, nada menos que abrir escola para “instruir a nobreza lusitana nas máximas da política, na notícia da história, e na aplicação das belas letras”! Desempenhou-se dessa tarefa, de que se inculca pioneiro em Portugal, na *Política Moral e Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, cujos sete tomos impressos foram redigidos até 1750. Uma obra precoce e sem dúvida singular, pela dimensão e pela ambição, importando analisar o escopo e o ideário que a informam. E obra que, a mais de um título, que não só pelo ambicioso ou pelo volumoso ou pela ousadia do cometimento, suscita um cotejo com o *Verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney, pouco antes aparecido, em 1746, e que tanto pela concomitância como pela inclusão de ambos os autores – quase coetâneos – no mesmo grupo geracional autoriza paralelos que se afiguram merecedores de interesse. Alguns se aflorarão adiante.

Noutro âmbito, ressalta a brava polémica que na segunda metade dos anos quarenta estalou, em Faro, entre o cabido da sé e o arcebispo-bispo D. Inácio de Santa Teresa, e que tinha subjacente a questão do “sigilismo”. Ora Faria e Castro, que na sequência se viu obrigado a homiziar-se por dois anos em Ayamonte, foi um dos mais destacados opositores daquele antístite e expendeu as suas razões, sob mal rebuçado pseudónimo, num opúsculo *sobre a presente controvérsia entre o venerando Tribunal do Santo Ofício e os fautores dos Sigilistas*, saído em 1746. Dilucidar a trama deste conflito, na sua dimensão global e nas suas incidências locais, nas suas consociações religiosas, políticas e culturais, constituirá outrossim uma das focalizações a empreender.

O mesmo para a trajectória de Faria e Castro ao longo do período de que Pombal foi figura epónima. Como sofreu e reagiu perante as convulsões do reformismo pombalino, nomeadamente a expulsão dos jesuítas, de quem se declarara gratíssimo discípulo e adepto entusiasta, e a promoção política e social duma nobreza secundária. Sobretudo, como encarou o trânsito de um absolutismo moderado e paternalista, tal o de D. João V, para um outro paradigma, jusdivinista na fundamentação e reformador na projecção. Tópicos estes que cumpre explicitar a fim de captar o percurso existencial e intelectual do fidalgo algarvio.

E ainda o aparecimento, quando era historicamente um sobrevivente, da sua monumental *História Geral de Portugal, e suas Conquistas*, cujo tomo I surgiu em

1786; seguir-se-lhe-iam mais dezanove tomos, a partir do XII póstumos, o último dos quais em 1804. Também aqui o autor se pretende pioneiro: seria esta “a primeira História seguida e completa de Portugal”, até à sua contemporaneidade. Importará situá-la adentro das correntes historiográficas da época, bem como avaliar um derradeiro tomo, “escusado” pela censura e que tange ao reinado de D. José I e aos primeiros anos da denominada “viradeira”. Acrescem por fim outros escritos menores e alguns inéditos; tudo textos, impressos ou manuscritos, para cuja inteligência se faz mister estabelecer a travacão dialéctica que os implica nos contextos em que têm operatividade, porque discurso e acção unicamente nesse encadeamento adquirem, relacionando-se entre si, relevância histórica. Com estas fontes primárias, e servida por uma utensilagem teórica e metodológica que implicando a primazia das componentes intelectual e ideológica não prescindem todavia das suas conexões económicas, sociais, institucionais, etc., que todas concorrem para a compreensão da realidade historial –, propõe-se pois este estudo, que tem por campo operatório a sociedade algarvia e por eixo a personagem Faria e Castro, contribuir para o conhecimento, no contorno português e europeu, do Algarve no crucial século de Setecentos, um passado ainda próximo e ao qual o nosso presente permanece tão persistentemente vinculado.

Donde se tira que os pormenores não apenas são bem-vindos, são indispensáveis. Sem o quê, ingloria seria a pena, despiciendo o proveito, fátuo o prazer de contar